

# Da Impossibilidade do Empreendedorismo Nacional

Paulo Guinote

*Grão descanso é espreguiçar!*

(diz Gil Vicente, pela voz do Preguiçoso n' *O Juiz da Beira*)

Vivemos há séculos envoltos numa mitologia criada e alimentada para explicar as úteis idiosincrasias que apontamos a nós mesmos para explicar e legitimar porque fazemos o que fazemos e não fazemos o que não fazemos, mesmo quando tudo isso explica algo e o seu contrário e vice-versa. Não porque nos horrorizem os defeitos que nos sentimos bem em enumerar, numa ancestral prática de autoflagelação, mas sim porque precisamos explicar ao mundo, e mantermos a reparadora convicção, de que tudo isso é determinado por um destino singular. Destino ou fado esse que amiúde nos tolhe o sucesso, mas que ao mesmo tempo explica uma inaudita genialidade que nos acomete de modo inesperado, tal como a musa desce sobre o poeta, não sendo de estranhar, pois, que seja dedicado a um poeta o nosso dia nacional. E logo a um poeta que morreu na quase miséria.

Mesmo se tudo isto não passa de uma ficção à qual nos fomos aconchegando com o acumular do tempo.

Não é verdade que os portugueses sejam um povo de meros improvisadores, de génios escondidos que, perante uma crise, sacam de uma milagrosa solução para a catástrofe iminente. Que são empreendedores natos, quando pressionados pelas circunstâncias.

Assim como não são um povo de formiguinhas trabalhadoras e laboriosas, ordeiras e sem imaginação, que se acomodam a tudo o que lhes cai em cima, apenas esperando por um sebastiânico salvador, com capacidades de gestão e visão estratégica, para os transformar em incansáveis peças de uma engrenagem oleada.

Estou algo cansado de ouvir lugares-comuns próprios de uma sabedoria de senso comum mal informado, debitados por gente que se pensaria devidamente certificada para saber um pouco mais ou, no mínimo, olhar para o semáforo da vacuidade antes de avançar com evocações despropositadas do passado pátrio.

É bem verdade que os aparatos político-ideológicos, em cada momento da História, inventaram tradições e *narrativas* para explicar o destino nacional e a singularidade dos seus protagonistas. Mas tudo é pouco mais do que uma produção *a posteriori*, destinada a tudo prever retrospectivamente.

Os Descobrimentos não foram um empreendimento que saísse do nada, foram resultado de explorações anuais, fracassos diversos, tentativas repetidas em busca do acerto, antes de ser conseguido o tão evocado sucesso mítico. A chegada à Índia, dobrado o Cabo das Tormentas, levou anos de preparação, não foi um acto isolado, temerário, inesperado.

Na nossa História podem colher-se imensos exemplos de tudo um pouco, raramente de soluções milagrosas, láparos saídos de cartola felpuda. Infelizmente, o que se passa é que muitos eruditos apressados, interessados em teorias oportunas da singularidade nacional, respigam o que lhes interessa, apresentando como regra o que não passa de excepção.

Alguma objectividade aconselha a que se admita que:

- Portugal é um país singular, mas não porque se safe sempre, *in extremis*, de situações de iminente catástrofe. È, isso sim, singular, por existir quem acredite nisso depois de uma História rica em exemplos contrários, desde o fracasso da ocupação do norte de África até ao Ultimato, passando pela longa União Ibérica, não esquecendo uma modernidade falhada que nos trouxe até perto do final do século XX na cauda da Europa em termos económicos.
- Os portugueses não possuem uma capacidade inata para se *desenrascarem* em situações desesperadas, nem são empreendedores de sucesso em potência, apenas precisando de um estímulo forte para colocarem todo o seu pretense *génio* em prática. O que parecem ter é uma capacidade especial para sobreviverem às suas próprias incapacidades, conseguindo soluções de recurso para, pelo menos em termos simbólicos, manterem crenças irracionais no tal *génio*.

A História demonstra bem como, em especial desde meados do século XVI, Portugal e os portugueses foram sobrevivendo, com escasso engenho ou arte, aos seus próprios erros e como se foram, de modo equivocado, mas reconfortante, convencendo em sucessivas gerações, em especial na época Contemporânea, de que existia uma fórmula mágica para terem sucesso, fosse ela o Liberalismo, a Regeneração, África, a República, Sidónio, a Ditadura, Salazar, outra vez África, a Democracia, a Europa ou algum vulto menor, transitório, mas confundido durante algum tempo, devido ao nevoeiro político, com um pequeno sebastião regenerador.

*Para que haja uma pátria portuguesa é preciso que exista uma ideia portuguesa, vínculo de coesão intelectual e da coesão moral que constitui a nacionalidade de um povo.*

*Sabem dizer-nos se viram para aí esta ideia?*

*Nós temo-la procurado de aventura em aventura, de jornada em jornada, numa peregrinação de vinte anos através desta sociedade, como Ulisses, vagabundo através da Odisseia, em busca do fumoquinho ténue e amigo que adeje no horizonte por cima da primeira cabana de Ítaca. (Ramalho Ortigão, Farpas)*

E vivemos todo esse tempo, mergulhados em amarguras gritadas a plenos pulmões nas ruas (Liberalismo, República) ou amassadas em silêncio (Estado Novo), esperando que esse novo sebastião, herdeiro daquel'outro que deveria ter aparecido, nos salvasse de um destino comum que, contudo, nós próprios consideramos ser inevitável.

Tanto mais inevitável quanto a esperança sebastiânica, mesmo entre os seus mais geniais defensores (Pessoa) não passa de um caricato engano.

Ainda hoje acho estranho que se evoque Sebastião como exemplo de salvação para situações-limite, quando o próprio não passou de um empreendedor fracassado, exemplo maior de um visionário prisioneiro de mitologias então já passadas, lançando-se em empresa mal planeada, recorrendo a *outsourcing* de meios humanos de baixa qualidade, qual pioneiro de parcerias público-privadas desastrosas para o destino nacional. Sebastião enterrou-nos ainda mais, não nos salvou de nada.

E é, no mínimo, caricato que tenha sido erguido à categoria de mito, quando deveria ser símbolo de asneira, desejoso de um sucesso sem alicerces, ambicionando conquistas para as quais não tinha meios.

Mas podemos voltar um pouco atrás e analisar a forma como os Portugueses foram efectivamente inovadores e pioneiros no que actualmente se chama globalização e mesmo em formas engenhosas de combinar a iniciativa do estado com os interesses privados em empreendimentos vantajosos para ambas as partes, no que hoje conhecemos por parcerias público-privadas.

Não falo daquele caso singular das viagens feitas a mando do infante D. Henrique, próprias de alguém com avultados meios próprios e uma assinalável autonomia pessoal, decorrente do seu estatuto. Falo mais da junção de interesses entre a Coroa e os privados na continuação da exploração da costa ocidental africana, em particular depois de ultrapassada a fase mais crítica da navegação para além do Bojador. Relembremos que durante o reinado de D. Afonso V a exploração do litoral do golfo da Guiné é arrendada ao mercador Fernão Gomes numa forma de contrato em que o “Estado” habilmente desloca os respectivos riscos para a iniciativa privada, reservando para si uma renda constante. Só que, perante o sucesso verificado e a antecipação de maiores lucros, o referido contrato é revogado após a primeira renovação, quando se percebe que o caminho para o Índico exige um maior controle directo pela Coroa.

Embora se sublinhe demasiadas vezes o monopólio da Coroa sobre as viagens de descoberta e exploração dos novos territórios durante os reinados seguintes (de D. João II a D. João III), é sempre necessário recordar que, devido à exiguidade dos meios internos, muitas armadas só conseguiram ser enviadas de Lisboa com o recurso a financiamento externo, nomeadamente à banca europeia da altura, o que teria o duplo efeito de permitir um sucesso a curto prazo e o retorno do investimento com elevados lucros, devido à enorme margem permitida pela chegada da pimenta e restantes especiarias a Lisboa sem outros intermediários, mas também de provocar um progressivo endividamento externo que se tornaria pouco suportável a médio prazo, ainda a centúria de Quinhentos tinha poucas décadas.

Ao mesmo tempo, a iniciativa privada nacional dividia-se entre aqueles que preferiam viver das nomeações régias para cargos de destaque (capitania de armadas, governação de territórios) que davam um retorno quase garantido e os que preferiam partir, por conta própria, em busca de hipóteses de negócio e sucesso nas terras distantes. E talvez seja aqui que se começa a verificar uma diferença fundamental nas estratégias de sucesso dos empreendedores nacionais, divididos entre aqueles que preferem a segurança do encosto ao Estado e os que optam pelo empreendimento privado puro. E não deixa de ser sintomático que a estratégia defensiva seja mais própria dos mais poderosos e que até disporiam de mais meios e que o verdadeiro empreendedorismo seja empunhado

por indivíduos dos grupos mais desfavorecidos, em busca de uma riqueza que não tinham outro modo de alcançar.

O sempre atento e ácido Gil Vicente descreve bem os fidalgos cobertos de dívidas que preferem buscar mercês da Coroa do que empreender, os vilões a querer passar por nobres, os funcionários e magistrados corruptos, toda uma panóplia de habilidosos que vivem à cata de uma riqueza obtida através de truques diversos e que não surgiram, como alguns pensam, na pena dos nossos mais destacados autores oitocentistas, mesmo se nesse tempo renasceram em fulgor.

Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral e tantos outros de que a História guarda o nome como grandes protagonistas da nossa Idade Dourada mais não são do que enviados da Coroa, fidalgos a soldo do “Estado” para cumprir as suas directivas, que voltam assim que a nomeação termina, mesmo quando conduzem acções com alguma margem de autonomia. Não são empreendedores no sentido moderno do termo. A globalização das trocas comerciais permitida pela abertura da rota do Cabo faz-se com uma aliança peculiar entre financiamento externo, monopólio régio interno e acomodamento dos grandes interesses privados à estratégia monopolista em troca de rendas garantidas e artimanhas diversas para as alargar.

É bem fácil encontrar por aqui traços estranhamente actuais, pelo menos em relação ao que se passou até finais do século XX, bem como em anos ainda mais recentes, tornando fácil encontrar excertos de Antero, Guerra Junqueiro, Eça, Ramalho ou Fialho de Almeida que se colam à nossa realidade como se fossem escritos há dias atrás.

*Por ocasião de casar o Sr. D. Carlos, grande número de famílias da corte foram obrigadas a enviar ao prego mobílias e talheres, por acudir à sua própria representação decoral na cerimónia; e detalhe horrível! cinco casas ilustres empenharam mesmo os fogões de cozinha, o que deixa supor que todas vivessem, nesses dias de caudas e plumas, do menu de bacalhau com grelos da taberna próxima. (Fialho de Almeida, Os Gatos)*

Dos aventureiros da arraia-miúda, a História guarda poucos nomes, excepto quando os próprios fizeram por isso (Fernão Mendes Pinto) ou o seu sucesso póstumo só sublinha as falhas em vida (Camões). Muitos ficaram pelo Oriente e foram eles os artífices da miscigenação étnica e cultural atribuída aos Portugueses, característica singular entre os europeus que durante séculos procuraram dominar o mundo.

Quando o precário edifício financeiro começa a ceder, ainda com D. João III, a Coroa portuguesa começa a ameaçar insolvência, pois o retorno do investimento começa a minguar devido à confluência de más decisões de gestão (navios cada vez maiores para trazer maior mercadoria tornam as perdas singulares mais pesadas), a concorrência externa (franceses, ingleses e holandeses preferem esperar, em modo de corsários, as naus de regresso para as tomar já carregadas), os defeitos típicos de um novo-riquismo exibicionista (os dotes das princesas portuguesas tornam-se épicos) e uma excessiva ganância dos privados nomeados pela Coroa para tomar conta dos seus negócios além-mar.

Quando D. Sebastião chega ao poder, já a prosperidade se escapara, mas não a memória de um passado heróico que o jovem soberano vai querer recriar sem meios para isso. A forma como ele prepara a sua empresa conquistadora no norte de África contrasta cruelmente com a conquista de Ceuta. Sem meios humanos é obrigado a recorrer a mercenários, sem meios financeiros vai deixar os cofres da Coroa despojados quando se deixa perder, enredado em alianças mal preparadas. Mas, curiosamente, o seu insucesso, o insucesso daquele que foi provavelmente o último governante português a tentar um projecto de conquista activa de sucesso no exterior, deixou para a História uma dupla herança, sendo que a mais duradoura foi a do saudosismo e o da esperança de um seu regresso salvífico e regenerador.

Para grande parte da mentalidade nacional, Sebastião é sinónimo de esperada salvação dos males de uma Nação que, afinal, fora ele próprio a colocar nessa situação de desesperança, à mercê dos interesses externos e de uma longa ocupação espanhola.

Mas as consequências do seu fracasso acabaram por ser em parte engolidas pelo imaginário decadentista associado à decadência da rota do Cabo e à ascensão da *História Trágico-Marítima*, relato dramático de perdas de naus povoadas de gentes e riquezas, atiradas para o fundo dos mares ou tomadas por piratas e corsários inimigos.

E daí uma dupla memória... de esperança para as classes populares, mas traumática para as elites que, mesmo para as que apoiaram a União Ibérica, viram as suas tenças fortemente diminuídas e as suas expectativas goradas. Algo que a Restauração não resolveria, pois a recuperação da independência nacional não traria consigo novo período de expansão ou prosperidade. Pelo contrário, Portugal seria obrigado a habituar-se a um destino progressivamente periférico e estranho às tendências mais dinâmicas dos *mercados* de então.

É nesse contexto que não deixa de ser simbólico que a obra de maior impacto e sucesso do nosso século XVII seja a polémica e anónima *Arte de Furtar* na qual, em vez de tentar teorizar uma saída para a crise (embora existam escritos como os de João Pereira Corte-Real ou Manuel Severim de Faria nesse sentido), o autor se compraz em expor longamente as formas como é possível às *unhas* delapidarem as riquezas nacionais e o que chamaríamos agora o *interesse nacional* ou *bem comum* em favor do enriquecimento ilícito privado.

*E a desgraça de tantas desgraças é que os autores destas empresas, depois de roubarem com elas a el-rei, aos soldados, e a todo o reino, porque a todo abrangem tantas perdas, ficam-se saboreando da destreza com que fizeram seu ofício. E, se a consciência os pica que venderam gato por lebre, limpam o bico à mesma consciência que a ninguém puseram o punhal nos peitos, nem venderam nada às escondidas; e o que se faz na bochecha do sol, com aceitação das partes, vai livre de coimas e de escrúpulos. (Arte de Furtar)*

E é também nesse contexto que se popularizam os sermões moralistas do padre António Vieira, ficando Portugal irremediavelmente dividido entre a arte (prática) de furtar e a moral (teórica) de o denunciar com escassos efeitos concretos, quase apenas como se chegasse o comprazimento de se ter enunciado a reprovação.

E assim passámos a viver, com escassas excepções entre as quais avultam aquelas décadas barrocas joaninas e pombalinas financiadas por um Brasil à espera de oportunidade para ficar independente de tamanho parasitismo, tornando-se regra os projectos grandiloquentes que terminavam em saídas de sendeiro, falemos do Mapa Cor-de-Rosa ou da entrada na Grande Guerra, até que chegou o anti-Sebastião, embora igualmente providencial, que fez Portugal centrar-se na sua comezinha realidade periférica, mesmo se alimentada a mapas de propaganda com uma África ultramarina espalhada sobre uma Europa em guerra. E o nosso desejado sucesso confundiu-se com um desejável sossego, adormecimento de quase meio século que terminou com muito menos rupturas do que tantas vozes (pró e contra) nos querem fazer acreditar.

E o nosso destino foi sendo retrospectivamente reconstruído como uma inevitabilidade, uma profecia cumprida, um acertado prognóstico feito em cima do apito final do jogo. O que não deixa de nos fazer sentir confortáveis por sermos capazes de fazermos o diagnóstico com rigor e, dessa forma, ficarmos de bem com a doença que, por seu lado, nos acaba por poupar a mais severo devir.

*Em um Mundo, digo, tão avarento de bens, onde apenas se encontra com um bom-dia, ter obrigação de dar os bons-anos, dificultoso empenho! (...) Os bons-anos não os dá quem os deseja, senão quem os assegura. A quantos se desejaram nesta vida, a quantos se deram os bons-anos, que os não lograram bons, senão mui infelizes. Segue-se logo, própria e rigorosamente falando, que não dá os bons-anos quem só os deseja, senão que os faz seguros. (Padre António Vieira, Sermão dos Bons-Anos)*